

# ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.

**Demonstrações contábeis  
regulatórias**

**31 de dezembro de 2017**

Com relatório dos Auditores  
Independentes

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Acionistas e Diretores da  
ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL.



Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

#### **Outros assuntos**

A ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 26 de fevereiro de 2018.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,



independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo  
Contador CRC 1SP160482/O-6

Daniel A. da S. Fukumori  
Contador CRC 1SP245014/O-2

# ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	3.327	3.795
Concessionárias e Permissionárias	4	2.197	2.182
Serviços em Curso		119	-
Tributos Compensáveis		54	92
Investimentos Temporários	6.2	2.887	2.960
Despesas Pagas Antecipadamente		3	-
Outros Ativos Circulantes		3.495	3.213
<b>Ativo Não Circulante</b>			
Concessionárias e Permissionárias	4	193	53
Depósitos Judiciais e Cauções		15	27
Imobilizado	5.1	159.481	164.635
Intangível	5.2	54	29
<b>Total do Ativo</b>		<b>171.825</b>	<b>176.986</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Circulante</b>			
Fornecedores		2.905	3.804
Empréstimos e Financiamentos	6.1	7.809	7.791
Obrigações Sociais e Trabalhistas		157	102
Tributos		474	555
Dividendos Declarados		4.170	5.099
Encargos Setoriais		663	667
Outros Passivos Circulantes		2.224	2.359
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Empréstimos e Financiamentos	6.1	53.655	60.929
Provisão para Litígios	7	11	15
Outros Passivos Não Circulantes		783	633
<b>Total do Passivo</b>		<b>72.851</b>	<b>81.954</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	8.1	92.943	92.943
Reservas de Lucros	8.2	6.031	2.089
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>98.974</b>	<b>95.032</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>171.825</b>	<b>176.986</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
<b>Operações em Continuidade</b>			
<b>Receita / Ingresso</b>			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	9	21.585	21.527
(-) Parcela Variável	9	(4)	(80)
<b>Tributos</b>			
PIS-PASEP		(140)	(138)
Cofins		(647)	(638)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(200)	(197)
Reserva Global de Reversão - RGR		(561)	(553)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(86)	(85)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>19.947</b>	<b>19.836</b>
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>19.947</b>	<b>19.836</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>			
Pessoal e Administradores	10	(720)	(270)
Material		(51)	(329)
Serviços de Terceiros		(760)	(808)
Arrendamento e Aluguéis		(34)	(23)
Seguros		(23)	(22)
Doações, Contribuições e Subvenções		(16)	(16)
Provisões		4	(15)
Tributos		(38)	(17)
Depreciação e Amortização		(5.533)	(5.537)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>12.776</b>	<b>12.799</b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Despesas Financeiras		(4.530)	(4.948)
Receitas Financeiras		767	924
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>9.013</b>	<b>8.775</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	(901)	(948)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		8.112	7.827
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>8.112</b>	<b>7.827</b>
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		8.112	7.827
<b>Lucro Por Ação</b>			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,087279	0,084213
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,087279	0,084213
<b>Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade</b>			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,087279	0,084213
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,087279	0,084213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



## ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.

### Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Valores expressos em milhares de reais)*

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>8.112</b>	<b>7.827</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	-	-
<b>Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	<u><b>8.112</b></u>	<u><b>7.827</b></u>
Atribuível Aos:		
Acionistas Controladores	8.112	7.827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>92.943</b>	<b>(639)</b>	-	<b>92.304</b>
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	-	-	7.827	<b>7.827</b>
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	1.073	(1.073)	-
Dividendos	-	-	(5.099)	<b>(5.099)</b>
Reserva para Investimentos	-	1.655	(1.655)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>92.943</b>	<b>2.089</b>	-	<b>95.032</b>
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	-	-	8.112	<b>8.112</b>
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	878	(878)	-
Dividendos	-	-	(4.170)	<b>(4.170)</b>
Reserva para Investimentos	-	3.064	(3.064)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>92.943</b>	<b>6.031</b>	-	<b>98.974</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Resultado do Exercício</b>		<b>8.112</b>	<b>7.827</b>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
Depreciação		5.533	5.537
Imposto de Renda e Contribuição Social		901	948
Juros e Variações Monetárias		4.341	4.863
Provisão para Litígios		(4)	15
Outros		(273)	8.054
		<b>18.610</b>	<b>27.244</b>
<b>Redução (Aumento) de Ativos</b>			
Concessionários		(155)	(59)
Depósitos Vinculados a Litígios		12	(6)
Imposto de Renda e Contribuição Social		46	(10)
Outros		(404)	963
		<b>(501)</b>	<b>888</b>
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>			
Encargos Setoriais		(19)	261
Fornecedores Setoriais		(899)	(12.344)
Salários e Encargos Sociais		53	10
Tributos e Contribuição Social		(275)	(261)
Outros		(60)	1.186
		<b>(1.200)</b>	<b>(11.148)</b>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Encargos de Dívidas Pagos		(3.874)	(4.252)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(707)	(685)
		<b>12.328</b>	<b>12.047</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Investimentos		338	424
Imobilizado	5.1	(378)	(873)
Intangível		(25)	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos		-	(25)
		<b>(65)</b>	<b>(474)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Empréstimos e Financiamentos Pagos		(7.632)	(7.591)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos		(5.099)	(4.157)
		<b>(12.731)</b>	<b>(11.748)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DECAIXA</b>			
		<b>(468)</b>	<b>(175)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
No início do exercício		3.795	3.970
No fim do exercício		<b>3.327</b>	<b>3.795</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)*

### 1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa de Transmissão Serrana S.A. (a “Companhia” ou “ETSE”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

### 2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis

Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 13, para melhor entendimento do leitor.

### 3 Principais Práticas Contábeis Regulatórias

- **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto as Concessionárias e permissionárias são classificadas como “ativo financeiro pelo custo amortizado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

- **Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

- **Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de

dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.
- **Passivos financeiros:** A Companhia classifica fornecedores, empréstimos e financiamentos como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.
- **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.
- **Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

## **Tributação**

### ***Impostos sobre a receita***

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%

### ***Imposto de renda e contribuição social:***

- **Correntes**  
O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro presumido.

- **Diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

**Ajuste a valor presente**

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

- **Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.
- **Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.
- **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.
- **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

## 4 Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

### Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES					TOTAL 2017	TOTAL 2016
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA					
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.197	15	29	19	130	2.390	2.235
<b>TOTAL</b>	<b>2.197</b>	<b>15</b>	<b>29</b>	<b>19</b>	<b>130</b>	<b>2.390</b>	<b>2.235</b>

## 5 Imobilizado

### 5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
<b>Transmissão</b>	<b>174.015</b>	-	<b>174.015</b>	-	<b>(15.799)</b>	<b>158.216</b>	<b>163.748</b>
Terrenos	2.564	-	2.564	-	-	2.564	2.564
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	6.589	-	6.589	-	(654)	5.935	6.161
Máquinas e Equipamentos	164.770	-	164.770	-	(15.109)	149.661	154.956
Veículos	65	-	65	-	(31)	34	43
Móveis e Utensílios	27	-	27	-	(5)	22	24
<b>Subtotal</b>	<b>174.015</b>	-	<b>174.015</b>	-	<b>(15.799)</b>	<b>158.216</b>	<b>163.748</b>
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
<b>Transmissão</b>	<b>887</b>	<b>378</b>	<b>1.265</b>	<b>378</b>	-	<b>1.265</b>	<b>887</b>
Máquinas e Equipamentos	186	16	202	16	-	202	186
Outros	701	362	1.063	362	-	1.063	701
<b>Subtotal</b>	<b>887</b>	<b>378</b>	<b>1.265</b>	<b>378</b>	-	<b>1.265</b>	<b>887</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>174.902</b>	<b>378</b>	<b>175.280</b>	<b>378</b>	<b>(15.799)</b>	<b>159.481</b>	<b>164.635</b>



5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
<b>Ativo Intangível em Curso</b>					
<b>Transmissão</b>	-	25	25	25	-
Softwares	-	25	25	25	-
<b>Administração</b>	29	-	29	29	29
Outros	29		29	29	29
<b>Subtotal</b>	29	25	54	54	29
<b>Total do Ativo Intangível</b>	29	25	54	54	29

5.3 As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017		2016
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>				
Transmissão	3,18%	174.015	(15.799)	158.216
Custo Histórico	3,18%	174.015	(15.799)	158.216
		<b>174.015</b>	<b>(15.799)</b>	<b>158.216</b>
<b>Em curso</b>				
Transmissão		1.265	-	1.265
		<b>1.265</b>	<b>-</b>	<b>1.265</b>
		<b>175.280</b>	<b>(15.799)</b>	<b>159.481</b>
				<b>163.748</b>
				<b>887</b>
				<b>164.635</b>

**5.4 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados é como segue:**

<b>Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil</b>	<b>Material / Equipamentos</b>	<b>Total</b>
Máquinas e Equipamentos	16	16
Móveis e Utensílios	2	2
A Ratear	7	7
Material em Depósito	353	353
<b>Total das Adições</b>	<b>378</b>	<b>378</b>

**5.5 As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 474 de 2012 são as seguintes:**

	<b>Taxas anuais de depreciação (%)</b>
<b>Transmissão</b>	
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## 6 Empréstimos e Financiamentos

### 6.1 Abertura do Endividamento - R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação /Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pqto Juros	Frequência Pqto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
																2019	2020	2021	2022	2023	2023+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	161	7.648	53.655	61.464												7.727	7.774	7.822	7.871	7.528	14.933	53.655
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - SUB A	120	3.210	31.834	35.164	Sim	mar-14	Não há	T.JLP	2,02% a.a	15/01/18	Mensal	15/01/18	15/11/18	Mensal	SAC	3.289	3.336	3.384	3.433	3.459	14.933	31.834
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - Fname	41	4.438	21.821	26.300	Sim	jul-14	Não há	T.JLP	3,3% a.a	15/01/18	Mensal	15/01/18	15/11/23	Mensal	SAC	4.438	4.438	4.438	4.438	4.069	-	21.821
<b>Total por Dívida</b>	<b>161</b>	<b>7.648</b>	<b>53.655</b>	<b>61.464</b>												<b>7.727</b>	<b>7.774</b>	<b>7.822</b>	<b>7.871</b>	<b>7.528</b>	<b>14.933</b>	<b>53.655</b>
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	161	7.648	53.655	61.464												7.727	7.774	7.822	7.871	7.528	14.933	53.655

Os contratos com o BNDES da Companhia exigem a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas). Dentre estas cláusulas restritivas destaca-se o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deve ser no mínimo 1,30, ao longo de todo o prazo de amortização.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2017, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

## 6.2 Abertura dos Ativos Financeiros - R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Saldo Total
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>6.214</b>	<b>6.214</b>
<b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>	<b>6.214</b>	<b>6.214</b>
Saldo Final de Caixa - Conta 111	11	11
Aplic. Financ. Fundos DI	6.203	6.203

## 6.3 Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2017	Total 2016
<b>(+) Dívida Bruta</b>	<b>161</b>	<b>7.648</b>	<b>53.655</b>	<b>61.464</b>	<b>68.720</b>
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	161	7.648	53.655	61.464	68.720
<b>(-) Ativos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>(6.214)</b>	<b>-</b>	<b>(6.214)</b>	<b>(6.755)</b>
Alta Liquidez	-	(6.214)	-	(6.214)	(6.755)
<b>(+) Dívida Líquida I</b>	<b>161</b>	<b>1.434</b>	<b>53.655</b>	<b>55.250</b>	<b>61.965</b>
<b>(+) Dívida Líquida II</b>	<b>161</b>	<b>1.434</b>	<b>53.655</b>	<b>55.250</b>	<b>61.965</b>

## 7 Provisão para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Total
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	15	<b>15</b>
Baixas	(4)	<b>(4)</b>
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>11</b>	<b>11</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>11</b>	<b>11</b>

## 8 Patrimônio Líquido

### 8.1 Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 92.943, representado por 92.943.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

Acionistas	Número de ações em milhares			
	Ordinárias	%	Total	%
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia	92.943	100,00	92.943	100,00
Membros do Conselho de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>92.943</b>	<b>100,00</b>	<b>92.943</b>	<b>100,00</b>

### 8.2 Reservas de lucros

	31/12/2017	31/12/2016
Reserva legal	3.498	2.620
Outras	2.533	(531)
	<b>6.031</b>	<b>2.089</b>

*Reserva legal:* A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

*Outras:* Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

## 9 Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	21.581	21.447
<b>Total</b>	<b>21.581</b>	<b>21.447</b>

## 10 Pessoal e Administradores

<b>Pessoal e Administradores</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Pessoal</b>	<b>720</b>	<b>270</b>
Remuneração	386	134
Encargos	132	46
Previdência privada	8	2
Assistência médica	48	15
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	87	50
Outros	59	23
<b>Total</b>	<b>720</b>	<b>270</b>

## 11 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional ajustada	21.581	21.581	21.447	21.447
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	1.726	2.590	1.716	2.574
Receitas financeiras	767	767	924	924
Base de cálculo	2.493	3.357	2.640	3.498
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15 % e 10%	9%
	599	302	636	315
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	-	-	-	-
Outros	-	-	(2)	(1)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<b>599</b>	<b>302</b>	<b>634</b>	<b>314</b>

## 12 Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

## 13 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	Notas	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo</b>							
<b><u>Ativo Circulante</u></b>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	3.327	-	3.327	3.795	-	3.795
Concessionárias e Permissionárias	4	2.197	(2.197)	-	2.182	(2.182)	-
Serviços em Curso		119	-	119	-	-	-
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	22.035	22.035	-	23.994	23.994
Tributos Compensáveis		54	-	54	92	-	92
Investimentos Temporários	6.2	2.887	-	2.887	2.960	-	2.960
Despesas Pagas Antecipadamente		3	-	3	-	-	-
Outros Ativos Circulantes		3.495	-	3.495	3.213	-	3.213
<b><u>Ativo Não Circulante</u></b>							
Concessionárias e Permissionárias	4	193	(193)	-	53	(53)	-
Depósitos Judiciais e Cauções		15	-	15	27	-	27
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	195.553	195.553	-	188.996	188.996
Imobilizado	5.1	159.481	(159.481)	-	164.635	(164.635)	-
Intangível	5.2	54	(25)	29	29	-	29
<b>Total do Ativo</b>		<b>171.825</b>	<b>55.692</b>	<b>227.517</b>	<b>176.986</b>	<b>46.120</b>	<b>223.106</b>



	Notas	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivo</b>							
<b><u>Passivo Circulante</u></b>							
Fornecedores		2.905	-	2.905	3.804	-	3.804
Empréstimos e Financiamentos	6.1	7.809	-	7.809	7.791	-	7.791
Obrigações Sociais e Trabalhistas		157	-	157	102	-	102
Tributos		474	-	474	555	-	555
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		4.170	-	4.170	5.099	-	5.099
Encargos Setoriais		663	-	663	667	-	667
Outros Passivos Circulantes		2.224	(655)	1.569	2.359	(795)	1.564
<b><u>Passivo Não Circulante</u></b>							
Empréstimos e Financiamentos	6.1	53.655	-	53.655	60.929	-	60.929
Provisão para Litígios	7	11	-	11	15	-	15
Tributos Diferidos		-	6.672	6.672	-	6.535	6.535
Outros Passivos Não Circulantes		783	(783)	-	633	(633)	-
<b>Total do Passivo</b>		<b>72.851</b>	<b>5.234</b>	<b>78.085</b>	<b>81.954</b>	<b>5.107</b>	<b>87.061</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>							
Capital Social	8.1	92.943	-	92.943	92.943	-	92.943
Reservas de Lucros	8.2	6.031	50.458	56.489	2.089	41.013	43.102
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>98.974</b>	<b>50.458</b>	<b>149.432</b>	<b>95.032</b>	<b>41.013</b>	<b>136.045</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>171.825</b>	<b>55.692</b>	<b>227.517</b>	<b>176.986</b>	<b>46.120</b>	<b>223.106</b>

**ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.**  
**Demonstrações contábeis regulatórias**  
**31 de dezembro de 2017**

	31/12/2017			31/12/2016			
<b>Notas</b>	<b>Regulatório</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Societário</b>	<b>Regulatório</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Societário</b>	
<b>Operações em Continuidade</b>							
<b>Receita / Ingresso</b>							
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	9	21.585	(21.585)	-	21.527	(21.527)	-
Receita de Operação e Manutenção		-	2.127	2.127	-	1.940	1.940
Receita de Implantação de Infraestrutura		-	-	-	-	(8.264)	(8.264)
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão		-	23.911	23.911	-	28.397	28.397
(-) Parcela Variável	9	(4)	-	(4)	(80)	-	(80)
<b>Tributos</b>							
PIS-PASEP		(140)	-	(140)	(138)	-	(138)
Cofins		(647)	-	(647)	(638)	-	(638)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(200)	-	(200)	(197)	-	(197)
Reserva Global de Reversão - RGR		(561)	-	(561)	(553)	-	(553)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(86)	-	(86)	(85)	-	(85)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>19.947</b>	<b>4.453</b>	<b>24.400</b>	<b>19.836</b>	<b>546</b>	<b>20.382</b>
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>19.947</b>	<b>4.453</b>	<b>24.400</b>	<b>19.836</b>	<b>546</b>	<b>20.382</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>							
Pessoal e Administradores	10	(720)	-	(720)	(270)	-	(270)
Material		(51)	(404)	(455)	(329)	(688)	(1.017)
Serviços de Terceiros		(760)	-	(760)	(808)	-	(808)
Arrendamento e Aluguéis		(34)	-	(34)	(23)	-	(23)
Seguros		(23)	-	(23)	(22)	-	(22)
Doações, Contribuições e Subvenções		(16)	-	(16)	(16)	-	(16)
Provisões		4	-	4	(15)	-	(15)
Tributos		(38)	-	(38)	(17)	-	(17)
Depreciação e Amortização		(5.533)	5.533	-	(5.537)	5.537	-
Custo de Implantação de Infraestrutura		-	-	-	-	8.264	8.264
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>12.776</b>	<b>9.582</b>	<b>22.358</b>	<b>12.799</b>	<b>13.659</b>	<b>26.458</b>
<b>Resultado Financeiro</b>							
Despesas Financeiras		(4.530)	-	(4.530)	(4.948)	-	(4.948)
Receitas Financeiras		767	-	767	924	-	924
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>9.013</b>	<b>9.582</b>	<b>18.595</b>	<b>8.775</b>	<b>13.659</b>	<b>22.434</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	(901)	(137)	(1.038)	(948)	(17)	(965)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		8.112	9.445	17.557	7.827	13.642	21.469
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>							
Atribuível Aos:							
Acionistas Controladores		8.112	9.445	17.557	7.827	13.642	21.469
<b>Lucro Por Ação</b>							
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,087279		0,188901	0,084213		0,230991
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,087279		0,188901	0,084213		0,230991
<b>Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade</b>							
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,087279		0,188901	0,084213		0,230991
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,087279		0,188901	0,084213		0,230991

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

### 13.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro.

**13.1.1 No modelo de ativo financeiro as receitas são segregadas da seguinte forma:**

**13.1.1.1 Receita de implantação de infraestrutura:** A Companhia abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

**13.1.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

**13.1.1.3 Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.

**13.1.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)**

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

**13.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	149.432	136.045
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(57.130)	(47.548)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	6.672	6.535
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u><u>98.974</u></u>	<u><u>95.032</u></u>

**13.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	17.557	21.469
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(9.582)	(13.659)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	137	17
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	<u><u>8.112</u></u>	<u><u>7.827</u></u>